

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 1 de 56)

EDITAL n.º 22/2026-PROAF/DM
Identificador Compras.Gov: 90022/2026
UASG 926769

MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Diretoria de Material-DM da Pró-Reitoria de Administração e Finanças-PROAF da Universidade Estadual de Londrina-UEL, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p>PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2026 (PROAF/DM)</p> <p>TIPO: MAIOR DESCONTO</p> <p>AMPLA DISPUTA</p> <p><i>(Em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/2006)</i></p>	<p align="center">ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:</p> <p align="center">A partir das 10h00min do dia 07/05/2026 até 08h59min do dia 25/05/2026.</p> <p align="center">ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES:</p> <p align="center">09h00min do dia 25/05/2026</p> <p align="center"><i>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</i></p>
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em despacho aduaneiro (na forma do artigo 808, do Decreto nº 6.759/2009, e legislação posterior), agenciamento de cargas internacionais de todos os produtos a serem importados e exportados pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, inclusive de produtos controlados pela ANVISA, MAPA, INMETRO, CNEN ou qualquer outro órgão anuente necessário, compreendendo o armazenamento de bens, transporte rodoviário nacional e demais serviços correlatos e necessários ao desembaraço alfandegário de materiais e equipamentos, além de serviços internacionais**, conforme descrito no Termo de Referência.

1.1 A licitação será realizada em LOTE ÚNICO, composto por 2 (dois) itens. Apenas o item 2 - Serviços de Despacho e Desembaraço Aduaneiro, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência, será passível de disputa por meio de lances.

1.2 O licitante deverá observar atentamente as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, que contém o detalhamento completo do objeto licitado.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais).**

3 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

UEL/SETI: **Gestão/Unidade:** 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;

Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

Fundo Paraná/SETI: **Gestão/Unidade:** 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 2 de 56)

Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.
HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.
HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV, adotado pela Administração estadual. O endereço eletrônico para recebimento e abertura das propostas, bem como a disputa de lances é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, do GMS/CAUFPR <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso>, do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras> e da Universidade Estadual de Londrina-UEL <https://sistemas.uel.br/sicor/public/licitacao/consultaLicitacoes>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio (servidores da Universidade Estadual de Londrina-UEL), designados por portaria expedida pela autoridade máxima.

- ✓ **Pregoeiro:** André Luiz Granado
- ✓ **E-mail:** granado@uel.br

- ✓ **O atendimento será feito no horário das 8h30min às 11h30 e das 13h30min às 16h30.**

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo ser encaminhado para o endereço eletrônico do Pregoeiro (granado@uel.br), no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura das propostas e início da sessão, pelo qual serão respondidos, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, na plataforma do Compras.Gov.

5.2 As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no **item 8** das Condições Gerais deste Edital;

5.3 No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema e-Protocolo no seguinte sítio eletrônico: <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0	Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 482/2026	(página 3 de 56)
----------------------------	---	---------------------------	------------------

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

<p>1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO 1.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.</p>
--

<p>2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS 2.1 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MAIOR DESCONTO NO LOTE.</p>

<p>3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS 3.1 O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior ao fixado no item 4.7 das CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO e deverá constar na proposta final das arrematantes, conforme Modelo Descritivo da Proposta de Preços (Anexo III).</p>

<p>4 VIGÊNCIA 4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, observada a disciplina do art. 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021. 4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.</p>

<p>5 PROPOSTA PARCIAL 5.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.</p>

<p>6 RESERVA DE LOTES PARA ME e EPP: 6.1 Não se aplica, conforme disposto no item 7 do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.</p>

<p>7 CONSÓRCIO 7.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.</p>
--

<p>8 ANEXOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Anexo I - Termo de Referência; ✓ Anexo II - Documentos de Habilitação; ✓ Anexo III - Modelo de Descritivo da Proposta de Preços; ✓ Anexo IV - Modelo de Procuração; ✓ Anexo V - Modelo de Declaração; ✓ Anexo VI - Local(is) de Prestação dos Serviços; ✓ Anexo VII - Minuta de Procuração; ✓ Anexo VIII - Minuta de Contrato; ✓ Anexo IX - Modelo de Declaração ME/EPP/MEI; ✓ Anexo X - Declaração LGPD; ✓ Anexo XI - Instrumento de Medição de Resultados-IMR;
--

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 25.714.061-0

Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 482/2026

(página 4 de 56)

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1.** O pregão será realizado por meio eletrônico, no Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.2.** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>, adotado pela Administração estadual.
- 1.3.** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4.** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio do telefone **0800.978.9001** ou portal de atendimento: <https://portal.deservicos.economia.gov.br/>, suporte realizado de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 20h00.
- 1.4.1.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV, implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1** Poderão participar deste Pregão, interessados **com cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), através do link <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do **item 01** do presente Edital.
- 2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
- 2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 2.3.2** tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, Administração direta e indireta.
- 2.3.3** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme **item 2.3.1**, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 2.3.4** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no **item 2.3.3**;
- 2.3.5** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
- 2.3.6** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.3.7** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 5 de 56)

2.3.7.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.8 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça futura contratação.

2.7 Conforme Art. 2º, inciso XLVI, do Decreto Estadual 10.086/22, o licitante que desejar se tornar fornecedor no Estado do Paraná deverá possuir o “Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná” (GMS/CAUFPR), podendo cadastrar-se através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso>.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 O licitante deverá aceitar os termos iniciais, em campo próprio do Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV, antes de inserir a proposta de preço inicial.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser inserida no **Sistema de Compras do Governo Federal- COMPRAS.GOV** no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no **item 3.3**, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

4 PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor Unitário e total do item;

4.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.1.2.1 Na hipótese de a proponente não possuir estrutura logística, deverá informar na proposta que não possui estrutura logística própria de armazenamento e transporte autorizados pela ANVISA para a guarda/conservação e transporte de produtos da área de saúde e que assume o compromisso de comprovar a subcontratação no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir da assinatura do contrato administrativo, quando deverá apresentar os documentos comprobatórios.

4.2 Havendo divergência de especificações entre o sistema GMS, COMPRAS.GOV e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0

Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 482/2026

(página 6 de 56)

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4.1 o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.4.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na **alínea "b"** do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.5 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.5.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.5.2 cotações de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura do certame.

4.7.1 Na hipótese do certame não ser finalizado no período de 90 (noventa) dias, referido prazo será automaticamente prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

4.8 Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no **subitem 4.5**.

4.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 ABERTURA DAS PROPOSTAS, SESSÃO DE LANCES, DESEMPATE E NEGOCIAÇÃO

5.1 A abertura e a formulação de lances da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do **Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV**, na data, horário e local indicados neste Edital.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0

Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 482/2026

(página 7 de 56)

5.2 Após aberta e iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no **item 2** Das Condições Específicas deste Edital.

5.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01 % (um por cento)**.

5.4.1 Na sessão de reabertura para desempate, o intervalo a que se refere o subitem anterior não será considerado pelo sistema Compras.gov.

5.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.7 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.7.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.8 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a **ordem crescente de valores (menor preço)**.

5.8.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.12 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.14 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 8 de 56)

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.15 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16 A ME, EPP ou MEI mais bem classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18 No caso de igualdade/empate dos valores apresentados pelas ME/EPP/MEI, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, a sessão de lances será reaberta para que as empresas possam encaminhar uma última oferta para o desempate, obrigatoriamente com valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV.

5.18.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

5.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo **Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV**, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.21.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de julgamento e aceitação da proposta.

6 ENVIO, ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINAL

6.1 Após a negociação finalizada, o(a) pregoeiro(a) convocará os licitantes melhor classificados para enviarem a proposta final no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contadas a partir de sua solicitação, através de upload de Anexos solicitados no Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV.

6.2 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estipulado no **item 6.1**, quantas vezes julgar necessário.

6.3 Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (**conforme modelo do Anexo III**), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

6.4 A proposta final deverá ser formulada de acordo com o valor final da negociação, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada manualmente ou por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 9 de 56)

empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; marca/modelo dos equipamentos ofertados, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares necessários à confirmação das especificações do(s) produto(s) ofertado(s); os preços unitários e globais por item e/ou lote; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital, bem como os dados bancários da empresa.

6.4.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

6.4.2 O(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.4.3 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

6.4.3.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

6.4.4 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

6.4.5 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

6.5 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, **conforme Anexo III**.

6.6 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.7 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexecutável.

6.7.1 Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, até a data e o horário estabelecidos.

6.9.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 10 de 56)

procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, *se for o caso*.

6.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará mensagem aos licitantes informando a data/hora que ocorrerá o encerramento da fase de julgamento das propostas, iniciando a fase de habilitação.

7 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.Gov, os documentos de habilitação (**conforme Anexo II**), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.1.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estipulado no **subitem 7.1**, quantas vezes julgar necessário.

7.2 Na hipótese de os licitantes não apresentarem todos os documentos do **ANEXO II**, o Pregoeiro efetuará diligências ao sistema de registro cadastral unificado disponível no SICAF, e/ou ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná-GMS, fazendo a juntada dos documentos faltantes, desde que já existentes antes da data de abertura das propostas, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso à íntegra da documentação habilitatória juntada.

7.2.1 Caso não seja localizado algum documento habilitatório após as diligências, o pregoeiro solicitará envio da documentação habilitatória complementar, estipulando prazo para o envio que poderá ser prorrogado quantas vezes julgar necessário.

7.3 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

7.5 Encerrada a análise quanto à habilitação, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará mensagem aos licitantes informando a data/hora que ocorrerá o encerramento da fase de habilitação, iniciando a fase de recursos.

8. RECURSOS

8.1. Qualquer licitante, em campo próprio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV, poderá manifestar sua intenção de recorrer, **no prazo máximo de 10 (dez) minutos**, após a finalização das fases de julgamento das propostas e habilitação, sob pena de preclusão/decadência do direito de recorrer, **possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais**.

8.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente através da anexação de arquivo no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV, dentro do prazo previsto no subitem anterior.

8.1.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso apresentado, **no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente**, e exclusivamente através da anexação de arquivo no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 11 de 56)

8.2. As razões e contrarrazões de recurso deverão estar acompanhadas do Contrato Social ou procuração que comprove os poderes de representação. Caso sejam apresentadas em desacordo com os itens anteriores ou subscritas por representante sem poderes para representar o licitante, não serão conhecidas pelo(a) Pregoeiro(a).

8.2.1. A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

8.3. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

9.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

10 CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

ATENÇÃO! CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES DO ESTADO DO PARANÁ – CAUFPR (GMS)

10.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **no prazo de 03 (três) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

10.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso>, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

10.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

10.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos **itens 10.2 e 10.4** ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

10.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

10.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **item 10.5**, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 12 de 56)

10.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

10.7 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (*quando for o caso*), para fins de rastreabilidade em estoque.

10.8 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

10.9 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

10.10 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

10.11 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 1.261, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n.º 1546, de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

10.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.13 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 13 de 56)

11.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

11.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

11.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

11.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

11.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) através do link https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e no do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso>.

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

12.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

12.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

12.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

12.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

12.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o **item 1.1** das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

12.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

12.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 14 de 56)

parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12.10 A fim de dirimirem eventuais dúvidas de caráter técnico (em relação aos serviços), as interessadas deverão se dirigir ao endereço abaixo, onde obterão os necessários esclarecimentos:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL

Pró-Reitoria de Administração e Finanças-PROAF

Diretoria de Material / Divisão de Licitação-DM/DL

Falar com Rosana Reis – fone: (43) 3371-4130 – horário: comercial

e-mail: rosanatpreis@uel.br

12.11 O foro é o da Comarca de Londrina-PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O(s) servidor(es) que subscreve(m) este edital e seus anexos atesta(m) que observou(aram) integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina, 05 de maio de 2026.

Azenil Staviski
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Jair Marcos da Silva
Diretor de Material
em Exercício

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 15 de 56)

ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV**, os documentos de habilitação que seguem, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro, que será de no mínimo 2 (duas) horas, contadas a partir da solicitação, sendo facultado ao(a) mesmo(a) prorrogar o prazo estipulado, quantas vezes julgar necessário.

1.1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, através do link <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>.

1.1.1. O Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS/CAUFPR), substitui os documentos solicitados, **desde que os referidos documentos estejam atualizados**. O cadastro no (GMS/CAUFPR) poderá ser iniciado através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso>.

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1.1 Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;

1.1.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

1.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

1.1.6 Procuração do representante do licitante no pregão, **se for o caso**. (ANEXO IV)

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.3 Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

1.2.4 Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

1.2.5 Fazenda Estadual (*inclusive do Estado do Paraná para os licitantes sediados em outro Estado da Federação*);

1.2.6 Fazenda Municipal;

1.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011.

1.2.8 As proponentes domiciliadas ou com sede em Estados da Federação que não possuam a Certidão Negativa de Débitos Tributários administrados pela Secretaria de Fazenda e Dívida Ativa Estadual (em um único documento), deverão apresentar a Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Fazenda em relação aos tributos estaduais e a Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa, expedida pela respectiva Procuradoria Geral do Estado.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 16 de 56)

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, emitida há no máximo **180 (cento e oitenta) dias** anteriores à data de abertura das propostas, salvo prazo diverso constante da própria certidão apresentada;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item **1.4.1.1** serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,0** (um inteiro) no índice de Liquidez Geral (**LG**); superior ou igual a **1,0** (um inteiro) no índice de Solvência Geral (**SG**); superior ou igual a **1,0** (um inteiro) no índice de Liquidez Corrente (**LC**).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 O balanço patrimonial somente será exigido dos beneficiários do tratamento diferenciado quando indispensável para a prova de habilitação econômico-financeira.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1. Para a comprovação de Qualificação Técnica o licitante arrematante deverá encaminhar, para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, mediante apresentação de documentação hábil, a demonstração do atendimento ao seguinte conjunto de requisitos mínimos:

1.5.1.1. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a instituição tenha desempenhado ou esteja desempenhando atividade pertinente e compatível em características, volume e prazos com os serviços aqui pretendidos, de forma compatível com as especificações constantes no Termo de Referência.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 17 de 56)

1.5.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

1.5.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

1.5.1.4. O atestado deverá ser datado e assinado e deverá conter informações que permitam a identificação correta do contratante e do prestador de serviço, tais como: a) Nome, CNPJ e endereço do emitente; b) Nome, CNPJ e endereço da empresa que forneceu o bem ao emitente; c) Nome, cargo ou função do signatário emitente do atestado.

1.5.1.5. A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Edital, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

1.5.1.6. A recusa do emitente do atestado em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, desconstituirá o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica e poderá, inclusive, configurar prática de falsidade ideológica ensejando comunicação ao Ministério Público Federal e abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, para fins de apuração de responsabilidades.

1.5.1.7. No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente ou empresa licitante.

1.5.1.8. Comprovar que possui estrutura logística de armazenamento e transporte ou que terceiriza tais serviços, bem como autorização da ANVISA em nome da licitante ou da terceirizada para armazenagem e transporte de produtos para saúde;

1.5.8.1 Para as empresas que não possuem estrutura logística própria de armazenamento e transporte com autorização da ANVISA e vão terceirizar tais serviços, os documentos relativos à subcontratação poderão ser apresentados **no prazo de até 15 (quinze) dias corridos** a partir da assinatura do contrato. A não apresentação dos documentos no prazo especificado resultará na rescisão unilateral do contrato firmado e retomada do certame com as demais classificadas.

1.5.1.9. Apresentar declaração de que possui contrato com, no mínimo, 02 (dois) despachantes aduaneiros, em quantidade suficiente para atender às demandas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, admitindo-se vínculo por meio de contrato de trabalho (CLT);

1.5.1.10. Apresentar certificado de aptidão de, no mínimo, 02 (dois) funcionários e/ou sócios no manuseio de carga perigosa e restrita (certificados atualizados e vigentes).

1.5.1.11. Que possua transportadora credenciada ou que subcontrate para Trânsito Aduaneiro regime de DTA cadastrada perante a Receita Federal do Brasil.

1.5.1.12. Apresentar apólice de seguro de responsabilidade civil, para garantir perdas e danos sobrevivendo às cargas, conforme prevê o art. 10 do decreto nº61867/67.

1.5.1.13. Prova de atendimento aos requisitos de habilitação no Sistema Integrado de comércio exterior (SISCOMEX), previstos na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal – RFB Nº 1984/2020.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL (Anexo V) e DECLARAÇÃO LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (OBRIGATÓRIO) (Anexo X).

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 18 de 56)

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita sob as penas da lei (ANEXO IX)**, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086/22).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do **item 1.7.1**, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 19 de 56)

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL n.º 22/2026-PROAF/DM

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual:	
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	e-mail:		
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: **Contratação de empresa especializada em despacho aduaneiro (na forma do artigo 808, do Decreto nº 6.759/2009, e legislação posterior), agenciamento de cargas internacionais de todos os produtos a serem importados e exportados pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, inclusive de produtos controlados pela ANVISA, MAPA, INMETRO, CNEN ou qualquer outro órgão anuente necessário, compreendendo o armazenamento de bens, transporte rodoviário nacional e demais serviços correlatos e necessários ao desembaraço alfandegário de materiais e equipamentos, além de serviços internacionais**, conforme descrito no Termo de Referência.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias, a qual será prorrogada automaticamente por 30 (trinta) dias, na hipótese de o certame não ser finalizado neste prazo, conforme previsto no subitem 4.7.1 do Edital.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1. as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2. para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme **Anexo I** do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 20 de 56)

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

7. Na hipótese de a proponente não possuir estrutura logística, deverá informar na proposta que não possui estrutura logística própria de armazenamento e transporte autorizados pela ANVISA para a guarda/conservação e transporte de produtos da área de saúde e que assume o compromisso de comprovar a subcontratação no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir da assinatura do contrato administrativo, quando deverá apresentar os documentos comprobatórios.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Representante Legal

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 21 de 56)

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 22/2026-PROAF/DM**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

XXXXXX, xx de XXXXXX de 2026.

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 22 de 56)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 22/2026-PROAF/DM** e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1 INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2 DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Nome do representante legal

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 23 de 56)

ANEXO VI

LOCAL(IS) DE PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)

ÓRGÃO/ENTIDADE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL DIRETORIA DE MATERIAL-PROAF/DM
Local de Prestação dos Serviços: Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445 Londrina – Paraná.
Responsável pelo Recebimento: Rosana Reis
Telefone: (43) 3371-4130.
E-mails: rosanatpreis@uel.br
Horário de Funcionamento: 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0	Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 482/2026	(página 24 de 56)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

ANEXO VII

MINUTA DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de Autarquia Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 78.640.489/0001-53 e estabelecida na cidade de Londrina, Estado do Paraná, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, Campus Universitário, Caixa Postal 6001, CEP 86057-970, neste ato representada pela Reitora **MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO**, RG nº 4.043.xxx-9 SESP/PR e CPF nº 869.xxx.xxx-04, nomeia e concede aos seus procuradores:

OUTORGADO:

CONTRATADA estabelecida à na cidade de
 Estado, inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada
 por(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do
 CPF nº e Cédula de Identidade Civil nº, residente e
 domiciliado na cidade de, Estado.....

PODERES: para atender aos requisitos ora contratados de Despachos Aduaneiros exercendo as atividades previstas nos artigos 808 a 810 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo decreto 6.759/09, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 8.010/13, bem como exercer as atividades previstas no Decreto 7.213/10. Estar cadastrado e habilitado nos perfis para o exercício das atividades previstas no Decreto 7.213/10 no Sistema Integrado de Comércio Exterior-**SISCOMEX** e no **MANTRA ou equivalente que venha a substituí-lo**. Poderes especiais para proceder com retificação pós-desembaraço.

Requerer e assinar termos de responsabilidade, com ou sem fiança bancária, assinar declarações, recibos e quaisquer documentos, dar e receber quitação de qualquer espécie, inclusive de depósitos de restituições. Tomar ciência, requerer vistorias, assinar Termo de Fiel Depositário, receber e assinar Autos de Infração, Notificação, Termos de Interdição e Desinterdição, firmar compromissos, Emitir e Assinar Certificados de Origem, acompanhar vistorias. Receber e tomar ciência de notificações e intimações, em nome do outorgante, com exigências fiscais ou apresentar contestações às exigências fiscais e recursos aos órgãos de segunda instância ou instância especial. Representar a outorgante nos processos de habilitação conforme IN 1603/15.

Pagar impostos de importação e impostos sobre produtos industrializados, imposto sobre circulação de mercadorias-ICMS, PIS/COFINS, penalidades pecuniárias, por ventura impostas, bem como taxas e demais despesas havidas nas importações, exportações e trânsito de mercadorias, **quando for o caso, levando-se em conta a natureza jurídica da outorgante**.

Representar a outorgante perante as empresas permissionárias de estabelecimento com todos os RECINTOS ALFANDEGADOS FRONTEIRAS E ADUANAS NO BRASIL perante todas as Unidades Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 1ª à 10ª Região Fiscal, na tarefa exclusiva de importação e exportação de produtos, no âmbito alfandegário, PORTOS E AEROPORTOS BRASILEIROS, CLIAS, EADI, REDEX, ECT – EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CORREIOS a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, podendo assinar e processar na condição de habilitado a Declaração de Trânsito Aduaneiro - DTA, bem como todos os expedientes necessários ao depósito de mercadoria importada ou destinada à exportação, inclusive despacho de

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 25 de 56)

admissão e/ou nacionalização para consumo total ou parcial, além do Certificado ou Conhecimento de Depósito, de emissão automática pela permissionária, o outorgado poderá, também, solicitar e receber “WARRANTS” emitidos para quaisquer forma ou modalidade de depósitos garantindo mercadorias para exportação e de importação em caráter excepcional.

Representar a outorgante perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - **ANVISA**, Ministério da Saúde de conformidade com o Capítulo VI, item 2, alínea C e sub-alíneas da Resolução – RDC nº 81/2008, com poderes para:

- “peticionamento de fiscalização e liberação sanitária para importação de produtos sob vigilância sanitária”;
- “acompanhamento das etapas da inspeção sanitária de bens ou produtos sob vigilância sanitária”;
- “recepção de amostras de contraprova de produtos sob vigilância sanitária para análises fiscal ou de controle”;
- “tomar ciência de termos legais e outros documentos relacionados à fiscalização de produtos sob vigilância sanitária, e apresentação dos meios de defesa, como impugnação, produção de provas e interposição de recursos”;
- “subscrição de Termo de Guarda e Responsabilidade para autorização da saída de produtos sob vigilância sanitária da área alfandegária com ressalva”;
- “efetivação de inutilização de produtos sob vigilância sanitária na forma da legislação sanitária”.

Representar a outorgante perante toda e qualquer Repartição Pública e Federal, em particular, perante todos os órgãos do Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – **MAPA/VIGIAGRO** em todos os assuntos de seu interesse, podendo assinar, pegar, requerer, dar entrada ou retirar os documentos exigidos pelo Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA/VIGIAGRO), Requerimentos de Fiscalização de produtos agropecuários e embalagens de madeira, Termo de Fiscalização / Coleta, Termo de Ocorrência, Autorização de Trânsito Aduaneiro, Prescrição de Quarentena, solicitação de Expurgo / Fumigação / Desinfestação / Desinfecção, Termo e Destruição / Inutilização, Termo de Apreensão, Termo de Responsabilidade, inclusive **Termo de Depositário e Termo de Compromisso**, bem como solicitar a Inspeção / Vistoria, liberação de produtos agropecuários para Importação / Exportação ou reembarque de produtos ou mercadorias, solicitar troca de embalagens e acompanhar Fiscalização e Coleta dos Produtos Agropecuários, em conformidade com a Legislação, **IBAMA**-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, **INMETRO**-Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, **Ministério da Defesa – Exército Brasileiro** – Comando Logístico – Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (**DFPC**), Companhia Docas do Ceará; Ceará Portos Cia Integração Portuária, Departamento da Polícia Federal, a **SEFAZ** - Secretaria de Estado da Fazenda, **SEDEC** (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico), **CESUT**, **FIEC** – Federação das Indústrias do Estado do Ceará e Postos de Controle Estadual em todo Território Nacional, Secretaria da Receita Federal, amplos poderes para representação junto à **Agência de Rendas e Finanças (RECEITA ESTADUAL do PARANÁ)**, a fim utilizar o Sistema de Desembaraço Eletrônico de Importação - **DEIM**, e para emissão da Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira Sem Comprovação de Recolhimento do ICMS - **GLME**, da Guia de Recolhimento do Estado do Paraná - **GR-PR** e da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - **GNRE**, na importação de bens e de mercadorias, bem como para que tome ciência de atos administrativos, autos de infração, intimações, notificações e termos de apreensão e de todos os Estados do Brasil, e seus respectivos órgãos, **Superintendências Regionais da Receita Federal, Delegacia da Receita Federal**, Inspeção da Receita Federal, Alfândegas e Agências da Receita Federal instalados no território, bem como perante aos Grupos de Fiscalização Postal (**COLIS POSTAUX**), Entrepósitos Aduaneiros, a Comissão de Política Aduaneira, o **CONCEX**-Conselho de Comércio Exterior e Relações Internacionais, Departamento da Marinha Mercante-**DMM**, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – **ANTAQ**, o **MDIC - Ministério da Indústria e Comércio e seus órgãos**, o **Banco do Brasil S.A.**, inclusive suas agências, o **DECEX**, o **BACEN** - Banco Central do Brasil, **CNEN** – Comissão Nacional de Energia Nuclear, Agência Nacional de

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 26 de 56)

Energia Elétrica - [ANEEL](#), Agência Nacional do Cinema - [ANCINE](#), Comando do Exército - [COMEXE](#), Departamento de Polícia Federal - [DPF](#), Departamento Nacional de Produção Mineral - [DNPM](#), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - [ANP](#), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - [CNPq](#), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - [EBCT](#), Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Superintendência da Zona Franca de Manaus - [SUFRAMA](#).

Assinar EM NOME DA OUTORGANTE, termo de responsabilidade ou documento de valor jurídico equivalente, perante agentes de frete internacional, armadores, ou perante quem representa companhias de navegação, aviação ou proprietários de unidades de carga e afins, onde expressamente se imponha a assunção de obrigação de devolução das referidas unidades, em prazo especificado ou não, sob pena de pagamento de sobrestadia de contêineres (conhecida como "demurrage"). Fica expressamente consignado que os outorgados não responderão quer de forma solidária ou subsidiária, por eventuais descumprimentos de parte da Outorgante, no que se refere às normas legais pertinentes às operações de importação e exportação, inclusive as obrigações assumidas no que se refere ao compromisso de guarda, conservação e devolução de contêiner (es).

Poderes especiais autorizados também, subscrever termo de responsabilidade em garantia do cumprimento de obrigação Tributaria, pedido de restituição de indébito de compensação ou desistência de vistoria, peso e volume, de acordo com o Decreto nº 7.213/10 de 15/06/2010, podendo praticar, perante estas entidades todos os atos que forem de interesse de outorgante, assinado documentos, requerimentos, contratos, recebendo e dando quitação, especialmente no que diz respeito à importação e exportação de mercadorias de tudo o mais que se fizer necessário para a pratica e fiel cumprimento deste mandato, podendo ainda substabelecer esta em outrem, total ou parcialmente, sempre com reserva de iguais poderes.

Esta procuração é válida até/...../.....

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0	Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 482/2026	(página 27 de 56)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º [XXXXXXXX]

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, pessoa jurídica de direito público interno, constituída na forma de Autarquia pela Lei Estadual n.º 9.663/91, situada à Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), CEP 86057-970, Londrina-PR, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.640.489/0001-53, neste ato representada pelo Pró- Reitor de Administração e Finanças, Srº Azenil Staviski, nomeado pela Portaria n.º 1944/2022, inscrito no CPF sob o n.º 248.xxx.xxx-49, portador da carteira de identidade n.º 6.404.xxx-4 SSP/PR.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do **Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM (protocolo n.º 25.714.061-0)** do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada em despacho aduaneiro (na forma do artigo 808, do Decreto nº 6.759/2009, e legislação posterior), agenciamento de cargas internacionais de todos os produtos a serem importados e exportados pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, inclusive de produtos controlados pela ANVISA, MAPA, INMETRO, CNEN ou qualquer outro órgão anuente necessário, compreendendo o armazenamento de bens, transporte rodoviário nacional e demais serviços correlatos e necessários ao desembaraço alfandegário de materiais e equipamentos, além de serviços internacionais, conforme descrito no Termo de Referência.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 22/2026-PROAF/DM**, objeto do **processo administrativo n.º 25.714.061-0**, com adjudicação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXX], de [XXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços **unitários** previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

Lote	Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
------	------	------------	---------------------	-------	-------------	-------------	------

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---


Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 28 de 56)

1	1	58190	Cód.GMS: 201.26514 Cód. CATMAT: 3921 Unid. Padrão: UNIDADE CUSTOS ESTIMADOS DE TAXAS ACESSÓRIAS, INCLUINDO: FRETE INTERNACIONAL, FRETE INTERNO, SERVIÇOS DE AGENTES DE CARGA (NACIONAIS E INTERNACIONAIS), SEGUROS, TAXAS DE ARMAZENAMENTO, SISCOMEX, FORNECIMENTO DE CATÁLOGOS DE PRODUTOS, CUSTOS DE ÓRGÃOS ANUENTES, CAPATAZIA, REPOSIÇÃO DE GELO SECO, EMBALAGEM, PALETIZAÇÃO, FUMIGAÇÃO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA O COMPLETO DESEMBARAÇO E ENTREGA DA MERCADORIA EM PERFEITAS CONDIÇÕES AO DESTINATÁRIO.	1	1.000.000,00	1.000.000,00	Ampla
	2	16315	Cód.GMS: 201.26514 Cód. CATMAT: 3921 Unid. Padrão: UNIDADE SERVIÇO DE DESPACHO E DESEMBARAÇO ADUANEIRO COMPOSTO POR HONORÁRIOS E TAXA SINDICAL * Serviço especializado e completo para o despacho aduaneiro e desembaraço alfandegário de mercadorias, tanto importadas, inclusive aquelas recebidas em doação em caráter definitivo ou não, com ou sem cobertura cambial, e de mercadorias exportadas em caráter não definitivo (exportação temporária) a diversos países para fins de manutenção e calibração.	20			
VALOR DO LOTE				R\$			

3.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO)**.

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 DO REAJUSTE:

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 29 de 56)

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice **IPCA – índice oficial do Estado do Paraná Amplo**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos últimos doze meses.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses e incidirá somente no valor dos serviços de despacho e desembaraço aduaneiro (**item 2 do lote único**).

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o §6º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela **gestão** deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme **item 5.3** deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela **fiscalização** deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o **item 6.3** deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 DA EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1. A presente contratação adotará como critério de julgamento o **MAIOR DESCONTO NO LOTE**.

6.2. O(s) serviço(s) terá(ão) início em 1 (um) dia após a assinatura do contrato e emissão da **Ordem de Contratação**, emitida pelo CONTRATANTE, ocasião a partir da qual começará a contagem dos prazos estabelecidos neste termo;

6.3. Os serviços serão prestados na **UEL/PROAF-Diretoria de Material**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4. Após envio da autorização de embarque para a prestadora de serviços contratada, essa deverá entrar em contato com o representante exportador para passar as instruções de embarque e acompanhar a previsão do mesmo, visto que o agenciamento de cargas e o transporte aéreo deverão ser feitos após a disponibilização da mercadoria. Cada exportador define em proforma esse tempo variando de 45 dias a 180 dias e excepcionalmente até 360 dias para fabricação do produto e disponibilização da mercadoria.

6.5. O desembaraço aduaneiro e a retirada da mercadoria do armazém do aeroporto no Brasil deverão ser feitos dentro dos dois primeiros dias para que o valor seja o mínimo a ser pago, exceto em casos excepcionais onde a fiscalização exige documentos extras aos previstos na legislação para liberação de mercadoria.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 30 de 56)

6.6. Após desembarço e retirada do aeroporto as mercadorias deverão ser despachadas para a UEL imediatamente ou armazenadas em lugar seguro sem custo para a UEL, sob a responsabilidade financeira dos danos a cargo do prestador de serviços contratado.

6.7. Os serviços devem ser recebidos **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; **no prazo de 05 (cinco) dias úteis.**

6.7.1. Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

6.8. Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.9. Os serviços serão recebidos **definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.9.1. Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

UEL/SETI: **Gestão/Unidade:** 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;

Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

Fundo Paraná/SETI: **Gestão/Unidade:** 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;

Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

HU/SESA: **Gestão/Unidade:** 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

HU/SETI: **Gestão/Unidade:** 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

9 DA VIGÊNCIA:

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 31 de 56)

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo pela autoridade máxima, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.2 Por se tratar de prestação de serviços a ser executada de forma contínua, o período de vigência previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, caso haja interesse das partes, devidamente justificado.

10 DO PAGAMENTO:

10.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

10.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à **instituição financeira Contratada pelo Estado**, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

10.3 O prazo estabelecido no **item 10.1** ficará suspenso na hipótese prevista no **item 11.4.1²** das Condições Gerais do Pregão.

10.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

10.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (*quando for o caso*), para fins de rastreabilidade em estoque.

10.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

10.6. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

10.7. O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

10.8. As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 1.261, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo

² **11.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 32 de 56)

Decreto Estadual n.º 1546, de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$
		TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.10. O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

10.11. Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

11 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES (no que couber):

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.1. Obrigações do Contratado:

11.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

11.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

11.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

11.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

11.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

11.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 33 de 56)

11.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

11.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

11.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

11.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

11.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

11.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

11.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

11.1.17.2 superveniências de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

11.1.17.3 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

11.1.17.4 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

11.1.17.5 impedimentos de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

11.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

11.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

11.1.20 Garantir ao contratante:

11.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

11.1.21 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes obrigações da CONTRATADA:

11.1.21.1 executar todos os serviços nas condições estabelecidas bem como todas as especificações

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 34 de 56)

contidas como atribuições constantes neste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

11.1.21.2 responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço;

11.1.21.3 responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos decorrentes, bem como arcar com os encargos trabalhistas, securitários e outros de qualquer natureza, diretos e indiretos, relativos à mão de obra utilizada na execução do objeto contratado, bem como todas as despesas decorrentes da prestação de serviços de desembarço correrão por conta da CONTRATADA e as despesas que são de responsabilidade da CONTRATANTE serão reembolsadas quando da entrega dos objetos, documentos ou equipamentos desembarçados, bem como, apresentação da fatura relativa às despesas, a qual deverá estar acompanhada de todos os comprovantes de pagamento que por ventura tenham sido realizados, na forma de Nota(s) Fiscal(is);

11.1.21.4. não será admitida a realização de desembarço de remessa que não seja explicitamente destinada à CONTRATANTE, tendo como destinatária a Universidade Estadual de Londrina - Paraná. Caso seja constatado que alguma remessa, destinada à CONTRATANTE tenha sido remetida para destinatário diferente, ou em nome de algum Dirigente, Funcionário ou Setor, fica expressamente proibido o desembarço da remessa, salvo se autorizado formalmente pela autoridade competente, representante da Autarquia Estadual;

11.1.21.5. realizar todos os credenciamentos necessários junto aos órgãos oficiais com vistas à perfeita realização dos serviços;

11.1.21.6. informar formalmente à CONTRATANTE sobre as providências pertinentes ao credenciamento as quais sejam necessárias à perfeita execução dos serviços;

11.1.21.7. emitir mensalmente relatório circunstanciado, informando à CONTRATANTE a situação em que se encontra(m) a(s) remessa(s) em procedimento de desembarço, quando houver;

11.1.21.8. executar os serviços de acordo com as especificações constantes de sua proposta, obedecendo rigorosamente às condições estabelecidas no Edital, Anexos e Contrato de prestação de serviços;

11.1.21.9. possuir estrutura logística de armazenamento e transporte (própria ou terceirizada), bem como a respectiva autorização da ANVISA (em nome da licitante ou da terceirizada) para armazenagem e transporte de produtos utilizados na área de saúde;

11.1.21.10. atuar como agente embarcador ou contratar empresa terceirizada para a captação de cargas em qualquer parte do mundo, assumindo total responsabilidade por toda a documentação e trâmites legais necessários para o trânsito e transporte de carga;

11.1.21.11. registrar as LI(s) em no **máximo 2 (dois) dias úteis**;

11.1.21.12. promover o desembarço aduaneiro em todos os portos ou aeroportos do território nacional, providenciado às suas expensas todos os expedientes e pagamentos que o preço proposto contemplar referentes à taxa de SISCOMEX (ou outro órgão que venha a substituí-lo), fretes internacionais e nacionais, taxas de armazenagem e capatazias, contratação de seguro internacional e nacional por conta do prestador;

11.1.21.13. conferir e encerrar o processo de desembarço, acompanhado de comprovante de importação, declarações de importações e respectivas adições e demais documentos do despacho realizado;


11.1.21.14. acompanhar vistorias das mercadorias e providências relativas às respectivas faturas, em articulação com a CONTRATANTE e com as seguradoras e seus vistoriadores;

11.1.21.15. Em cada processo de importação a CONTRATADA deverá fazer três orçamentos detalhados de companhia aérea e do agente de cargas, para fins de comprovar a compatibilidade com os preços praticados no mercado, devendo enviá-los à CONTRATANTE juntamente com as prestações de contas pertinentes.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 35 de 56)

- 11.1.21.16.** apresentar à CONTRATADA, após o desembaraço efetivamente realizado, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de Importação, comprovando todas as despesas em documentos originais (faturas, C.I, D.I e respectivas adições, notas fiscais, recibos etc.), constando o detalhamento das despesas;
- 11.1.21.17.** Efetuar gestão junto às Delegacias da Receita Federal no sentido de viabilizar, caso ocorra motivo para a devolução dos equipamentos, materiais e produtos, entregues em desconformidade com a Proforma Invoice, ou substituição, no período de garantia, por apresentarem defeitos não recuperáveis, tudo em conformidade com a legislação pertinente;
- 11.1.21.18.** Representar a CONTRATANTE junto às delegacias, inspetorias, SISCOMEX, postos da Receita Federal, Companhia Docas, Companhia de Aviação e Seguradoras por onde o processo físico de importação e exportação transitar, a fim de obter o respectivo desembaraço alfandegário.
- 11.1.21.19.** Providenciar o desembaraço aduaneiro, mediante autorização prévia, por escrito, expedida pela CONTRATANTE, providenciando todo o expediente e termos de responsabilidade, pagamento de fretes marítimos, aéreos e terrestres, taxas, impostos, armazenagens e outras despesas acessórias da importação, porventura existentes.
- 11.1.21.20.** promover a fatura de serviços efetivamente realizados, ficando vedada a cobrança de desembaraços que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados;
- 11.1.21.21.** prestar orientação, indicando procedimentos necessários a assuntos relacionados aos despachos e desembaraços aduaneiros para importação e exportação;
- 11.1.21.22.** operar diretamente nas importações e exportações realizadas através do Aeroporto Internacional Afonso Pena em São José dos Pinhais-PR. Se, via marítimo, no porto de Paranaguá-PR;
- 11.1.21.23.** preparar e registrar o Licenciamento de Importação (LI);
- 11.1.21.24.** promover a classificação fiscal;
- 11.1.21.25.** acompanhar os processos de deferimento destes licenciamentos junto ao CNPq, DECEX, M.S/ANVISA;
- 11.1.21.26.** receber documentos de empresas transportadoras, órgãos públicos e cartórios;
- 11.1.21.27.** preencher Declaração de Importação (D.I) e declaração complementar de importação, termos de responsabilidade e certificados diversos, registro, protocolo e acompanhamento de documentos nos órgãos públicos devidos;
- 11.1.21.28.** inspecionar técnica e administrativamente as mercadorias desembaraçadas comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer eventualidade;
- 11.1.21.29.** providenciar a inspeção, certificado de vistoria e medidas de proteção e segurança, para os materiais porventura retidos;
- 11.1.21.30.** efetuar diligenciamento do despacho alfandegário, de forma a ter sua efetivação dentro do primeiro período de armazenagem, bem como informar à CONTRATANTE os passos dos processos de desembaraço;
- 11.1.21.31.** efetuar o acompanhamento dos produtos perecíveis, armazenados no aeroporto/porto de destino mantendo-os em perfeitas condições de conservação, até sua chegada no almoxarifado da CONTRATANTE;
- 11.1.21.32.** observar prazos legais para diligências necessárias ao desembaraço alfandegário;
- 11.1.21.33.** emitir Declaração de Importação para liberações bem como isenções da Lei 8.010/90.
- 11.1.21.34.** encerrar o processo de desembaraço, com a entrega de faturas acompanhadas de comprovantes e demais documentos do despacho realizado;
- 11.1.21.35.** efetuar a guarda dos produtos desembaraçados em armazém de propriedade ou de empresa terceirizada, sob a posse da CONTRATADA, sempre que solicitado;
- 11.1.21.36.** tomar providências quanto à isenção da Taxa de Renovação na Marinha Mercante

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 36 de 56)

(AFRMM), através de ofício a ser solicitado à CONTRATANTE/UEL e por ela emitido, se necessário;

11.1.21.37. providenciar o registro da CONTRATANTE em todos os órgãos competentes para execução do processo aduaneiro;

11.1.21.38. providenciar e enviar para a CONTRATANTE a Guia de ICMS para fins de exoneração;

11.1.21.39. Observar e cumprir toda a legislação e procedimentos relativos aos serviços de despachante aduaneiro.

11.1.21.40. As especificações das obrigações a serem adimplidas pelo contratado constam no instrumento contratual a ser firmado.

11.1.21.41. DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO: Serviço especializado de desembaraço aduaneiro de bens, na importação e exportação, nos regimes e locais abaixo relacionados:

11.1.21.41.1 Serviços a serem prestados:

11.1.21.41.1.1. Importação Normal;

11.1.21.41.1.2. Importação sob Regime Especial de Admissão Temporária;

11.1.21.41.1.3 Reimportação de bens exportados sob Regime Temporário;

11.1.21.41.1.4. Nacionalização de bens admitidos temporariamente;

11.1.21.41.1.5. Exportação normal;

11.1.21.41.1.6. Exportação sob Regime Temporário;

11.1.21.41.1.7. Reexportação de bens admitidos temporariamente;

11.1.21.41.1.8. Bagagem Acompanhada;

11.1.21.41.2. Analisar as faturas proformas recebidas da UEL, obedecendo aos prazos especificados. No caso de divergências documentais, a Contratada deverá contatar o exportador/representante para providenciar as devidas correções até que a documentação esteja em conformidade. Apenas a UEL poderá Autorizar o Embarque. Sendo assim, a contratada deverá promover, dentro dos prazos especificados pelo importador, a retirada para embarque ou o embarque da carga propriamente dito, conforme especificações técnicas e comerciais previamente acordadas entre o exportador e o importador, com o menor custo logístico possível para o importador;

11.1.21.41.3. Solicitar as licenças de importação junto aos órgãos anuentes (CNPQ, ANVISA, MAPA, DECEX, Ministério do Exército, Polícia Federal etc.) **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** contados da data do envio dos documentos por parte da UEL;

11.1.21.41.4. Acompanhar os processos de deferimento destes licenciamentos junto aos órgãos anuentes (CNPQ, ANVISA, MAPA, DECEX, Ministério do Exército, Polícia Federal, etc.);

11.1.21.41.5. Providenciar a Declaração de Importação (DI) e declaração complementar de importação, termos de responsabilidade e certificados diversos, registro, protocolo e acompanhamento de documentos nos órgãos públicos devidos, bem como observar as isenções da Lei Federal nº 8.010/90;

11.1.21.41.6. Proceder com a liberação alfandegária das mercadorias destinadas à UEL, praticando todos os atos necessários à referida liberação, tais como: licenciamento prévio no SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior), procedimentos administrativos junto a órgãos anuentes, preparo e registro da Declaração de Importação (DI), do Registro de Exportação (RE), da Declaração de Exportação (DDE) e acompanhamento dos processos de desembaraço junto às inspetorias da alfândega no aeroporto e porto com o fito de obter a correspondente imunidade tributária e isenções de impostos e taxas, dentre outras atividades rotineiras pertinentes ao processo de desembaraço. Caso a classificação for incorreta a CONTRATADA será responsável pela multa a ser gerada;

11.1.21.41.7. Concluir o processo de liberação alfandegária aérea **dentro do prazo máximo de 4 (quatro) dias corridos** contados a partir da data da atracação da aeronave, salvo por motivos de força maior, devidamente justificado;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 37 de 56)

11.1.21.41.8. Concluir o processo de liberação alfandegária marítima dentro do **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir da data da atracação da embarcação no porto de Paranaguá PR, salvo por motivos de força maior, devidamente justificado;

11.1.21.41.9. Nos casos de Remoção da carga da Zona Primária para a Zona Secundária o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas** para o registro da DI/DSI, junto ao SISCOMEX, será contado a partir da efetivação da remoção ou da presença de carga efetuada pela Receita Federal do Brasil;

11.1.21.41.10. Providenciar o preenchimento em formulário próprio e a respectiva exoneração do ICMS junto à Receita Estadual na jurisdição da UEL;

11.1.21.41.11. Providenciar o registro da respectiva Declaração de Despacho de Exportação - DDE, junto ao SISCOMEX, a partir da autorização emitida pela UEL;

11.1.21.41.12. As cargas desembaraçadas serão transportadas e entregues ao destino (UEL) pela CONTRATADA seja transporte próprio ou terceirizado:

11.1.21.41.12.1. Transportar as mercadorias via terrestre, com seguro, em veículos em bom estado de conservação, apropriados para cada tipo de material importado, com eficiência e controle;

11.1.21.41.13. Regularizar pendências junto aos órgãos anuentes, normativos e fiscalizadores do comércio internacional;

11.1.21.41.14. Efetuar os pagamentos com autorizações ou deferimentos de licenças de importação junto aos órgãos anuentes, os quais a UEL não usufrui de isenção de taxas de licenciamento. As despesas serão ressarcidas pela UEL mediante apresentação dos respectivos comprovantes por parte da CONTRATADA. Para os casos em que a UEL goze de isenção junto aos órgãos anuentes, não será ressarcida qualquer despesa à CONTRATADA;

11.1.21.41.15. O valor unitário/por processo a ser pago para o serviço de desembaraço aduaneiro inclui todos os custos necessários para o atendimento do desembaraço aduaneiro bem como impostos e taxas previstas em lei, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de responsabilidade civil, Licença de Importação, SDA Sindicato dos Despachantes Aduaneiros, lucro da empresa e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o objeto;

11.1.21.41.16. Caberá a contratada a responsabilidade do pagamento dos honorários profissionais dos despachantes aduaneiros pessoas físicas e intervenientes nos processos de importação ou exportação, na forma do estabelecido no artigo 5º, §2º, do Decreto-lei nº 2.472 de 1988, observando o estabelecido na legislação referente a retenção do imposto de renda;

11.1.21.41.17. Nos casos excepcionais em que for solicitado serviço de exportação, a CONTRATADA deverá:

11.1.21.41.17.1. Providenciar o cumprimento de todas as exigências legais (procedimentos e documentos) pertinentes ao embarque, incluindo os registros necessários no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX);

11.1.21.41.17.2. Informar a UEL sobre a data e o local de entrega da carga, a qual fará a entrega do material à CONTRATANTE para que esta possa providenciar a entrega da carga para embarque;

11.1.21.41.17.3. A cada desembaraço, executar diretamente, em nome da UEL toda e qualquer providência necessária à exportação desejada (temporária ou não), à nacionalização de produtos importados ou ainda à sua admissão temporária quando for o caso. Dentro dessas providências, **destacam-se:**

11.1.21.41.17.3.1. Acompanhamento dos registros de informações no MANTRA E SISCOMEX;

11.1.21.41.17.3.2. Preenchimento ou emissão de todo e qualquer documento exigido pela autoridade competente, seguido de assinatura em nome da UEL em todas as situações em que não haja impedimento legal para tal procedimento. Esta disposição aplicar-se-á tanto a documentos exigidos para o desembaraço alfandegário quanto a outros documentos que devam

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 38 de 56)

ser entregues após o desembaraço em datas ou periodicidade estipuladas por autoridade competente;

11.1.21.41.18. Conferência das mercadorias a serem nacionalizadas e/ou exportadas no recinto alfandegário, certificando-se de que correspondem ao constante na Fatura e no Conhecimento de Transporte respectivo e comunicar, imediatamente, à UEL se constatar indícios de avarias antes da efetivação do desembaraço aduaneiro, sendo de sua inteira responsabilidade a não comunicação a UEL;

11.1.21.41.19. Encaminhar à UEL os documentos resultantes dos desembaraços aduaneiros, originais ou suas cópias, dependendo do que for aplicável;

11.1.21.41.20. Presenciar a conferência aduaneira dos bens, verificar sua integridade física e requerer vistoria, quando necessário;

11.1.21.41.21. Fornecer à UEL todos os elementos, documentos etc., para eventuais defesas, reclamações e outras providências que se fizerem necessárias, bem como receber notificações, intimações e providenciar o necessário para o atendimento delas;

11.1.21.41.22. Dar entrada e acompanhar toda tramitação dos processos, junto às repartições intervenientes; preparar; emitir e subscrever declaração de importação e demais documentos necessários aos desembaraços aduaneiros;

11.1.21.41.23. Rígido acompanhamento e controle dos processos em Regime de Admissão Temporária, constituindo de: Controle de seus vencimentos, preparação da documentação necessária para solicitações de prorrogação de prazo, Reexportação, Nacionalização e baixa de Termos de Responsabilidade;

11.1.21.41.24. A liberação alfandegária, dos bens importados e/ou exportados, deverá ser realizada durante o primeiro período de armazenagem, e caso não seja possível, deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA;

11.1.21.41.25. Após o desembaraço efetivamente realizado, a CONTRATADA deverá apresentar, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de Importação/Exportação, **em até 10 (dez dias)** comprovando-se todas as despesas com documentos originais (Faturas, CI, Declaração de Importação, Notas Fiscais, Recibos, Invoice Assinada, HAWB, etc.) constando o detalhamento das despesas, inclusive indicando a taxa da moeda estrangeira utilizada para efetuar o pagamento do frete ao exterior e a imediata restituição de numerários, previamente creditados por estimativa, que ultrapassem as despesas efetivamente realizadas;

11.1.21.41.26. A CONTRATADA será fiel depositária dos recursos destinados pela contratante para os pagamentos das despesas acessórias da Importação/Exportação, tais como frete internacional, frete interno, seguros, taxas de armazenagem, SISCOMEX, capatazia, entre outras;

11.1.21.41.27. Somente será aceito o faturamento de serviços efetivamente realizados, fica vedada a cobrança de desembaraços que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados.

11.1.21.42. DO AGENCIAMENTO DE CARGAS INTERNACIONAIS: Serviço especializado de agenciamento de cargas aéreas e/ou marítimas, na importação e exportação, procedentes e destinadas a aeroportos e portos de qualquer ponto do exterior. **Ao tratar do agenciamento de tais cargas internacionais deverá a CONTRATADA:**

11.1.21.42.1. Receber via correio eletrônico da UEL, a documentação referente ao processo de importação, exportação ou admissão temporária e efetuar a abertura do processo providenciando todo o expediente e termos de responsabilidade, assumindo total responsabilidade por toda a documentação e trâmites legais necessários para o trânsito e transporte de carga;

11.1.21.42.2. Receber os bens a importar ou exportar nos aeroportos e portos internacionais ou em outros locais indicados pela UEL;

11.1.21.42.3. Emitir os respectivos conhecimentos de transportes Internacionais com a descrição

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 39 de 56)

correta dos materiais a serem transportados de acordo com as tarifas aéreas e marítimas acordadas, assim como respectivas taxas e sobretaxas;

11.1.21.42.4. Conferir as mercadorias a serem embarcadas, confrontando a fatura proforma com a fatura comercial e o *packinglist* do exportador. Não será permitido o embarque de mercadorias sem a conferência deles. Na hipótese de haver discrepâncias entre os documentos, o embarque permanecerá suspenso até que a situação documental da carga seja regularizada pelo exportador ou o responsável pela discrepância. Não será permitido o embarque parcial de mercadorias;

11.1.21.42.5. Atender a todas as exigências legais (procedimentos, documentos, etc.) para o livre trânsito da mercadoria no país de origem e sua respectiva entrada no Brasil, de acordo com a legislação em vigor, observando as particularidades dos termos constantes do pedido de compra (*PurchaseOrder*), especialmente os termos internacionais de comércio internacional, *Incoterms*, publicados pela Câmara Internacional de Comércio, versão 2010, os prazos de embarque, as instruções técnicas específicas quanto à natureza das cargas, as modalidades e prazos de pagamento, dentre outras particularidades relevantes;

11.1.21.42.6. Promover e agilizar vistoria, identificação e até mesmo a segregação de cargas com características peculiares (perecível, perigosa etc.) oferecendo o tratamento necessário para a manutenção da sua integridade;

11.1.21.42.7. Providenciar movimentação e guarda das cargas de acordo com a modalidade contratada pela UEL, respeitando os *Incoterms* versão 2020, otimizando as operações e minimizando custos com armazenagem, manuseio e transporte;

11.1.21.42.8. Priorizar o embarque de produtos classificados como perecíveis;

11.1.21.42.9. Manter agentes ou representantes conveniados nos principais centros internacionais (EUA, Europa e Ásia). A comprovação de agentes ou representantes nas localidades citadas dar-se-á mediante apresentação de lista de agentes ou representantes conveniados;

11.1.21.42.10. Caso venha ocorrer embarque em aeroporto de país onde a CONTRATADA não possua agente embarcador, a mesma deverá designar um agente num **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da autorização de embarque emitida pela UEL;

11.1.21.42.11. Providenciar a guarda de equipamentos e outros materiais que, embora prontos para embarque, por quaisquer razões técnicas não possam ser embarcados imediatamente para o Brasil, permanecendo por conta da CONTRATADA toda e qualquer responsabilidade inerente a esses casos específicos. O agente transportador deverá possuir condições de receber e armazenar cargas perecíveis que necessitem de reposição de gelo seco e conservação em temperaturas específicas, assim como cargas perigosas;

11.1.21.42.12. Providenciar a reposição de gelo seco para cargas perecíveis sempre que houver necessidade;

11.1.21.42.13. Providenciar os embarques de cargas no Exterior, quando se tratar de *importação*, atendendo o prazo estipulado, consolidadas ou não, de forma a dar total segurança aos bens e/ou materiais;

11.1.21.42.14. Providenciar os embarques de cargas para o Exterior, quando se tratar de *exportação*, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, consolidada ou não, de forma a dar total segurança aos bens, bem como informar a chegada da carga ao consignatário no Exterior;

11.1.21.42.15. Atuar junto à Delegacia da Receita Federal no sentido de viabilizar, caso ocorra motivo para devolução dos equipamentos, materiais e produtos entregues em desconformidade da Proforma Invoice, ou substituição, no período de garantia, ou apresentação de defeitos não recuperáveis, tudo em conformidade com a legislação pertinente;

11.1.21.42.16. Enviar a UEL, **no prazo de 03 (três) dias antes do embarque**, cópias dos documentos (fatura comercial, romaneio de carga ou *packinglist*, conhecimento aéreo ou marítimo,

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 40 de 56)

certificado de análise, certificado de fumigação e outros documentos comerciais e técnicos), bem como informar o nº do voo, data de embarque, nome do navio e data prevista de chegada ao Brasil, mantendo a UEL informada de todos os assuntos relacionados aos embarques/desembarques das mercadorias. A UEL não poderá ser onerada em caso de multa, por erros ou falta de documentos no desembaraço alfandegário;

11.1.21.42.17. Garantir que os contêineres utilizados seguirão os padrões da *Internacional Standard Organization – ISO*, sendo a CONTRATADA responsável, pela total integridade dos bens por ela transportados;

11.1.21.42.18. Instruir e assessorar os fornecedores estrangeiros na emissão dos documentos de embarque, de acordo com as exigências da legislação brasileira;

11.1.21.42.19. Verificar a adequabilidade e as condições gerais das embalagens no momento do seu recebimento e/ou coleta, sendo responsabilidade da CONTRATADA quaisquer avarias, ou se há necessidade de sua substituição durante o manuseio e transporte dos equipamentos importados/exportados, para garantir a integridade física e a prestabilidade dos equipamentos;

11.1.21.42.20. As importações aéreas destinadas à UEL serão cursadas na modalidade FCA (Free Carrier, ou seja, Livre Transportador) ou EXW (Ex Works, ou seja, a mercadoria é entregue ao comprador no estabelecimento do vendedor), ou outro dependendo da necessidade de acordo com o Incoterms versão 2020, publicação da Câmara Internacional de Comércio;

11.1.21.42.21. As taxas cobradas pelas companhias aéreas, como por exemplo, *fuelsurcharge* (sobretaxa de combustível), *securityfee* (taxa de segurança), *handling* (manuseio da carga), *pick-up* (taxa de coleta) dentre outras que possam incorrer no embarque aéreo, serão integralmente pagas ao agente de carga no destino, mediante inclusão do valor no conhecimento de embarque aéreo e na fatura de serviços;

11.1.21.42.22. As importações marítimas destinadas a UEL serão obrigatoriamente embarcadas na condição FOB porto de Paranaguá (*FreeOn Board*, ou seja, *Livre a bordo - porto de embarque designado*), de acordo com o Incoterms versão 2020, publicação da Câmara Internacional de Comércio;

11.1.21.42.23. Manter os produtos desembaraçados em armazém, de propriedade da CONTRATADA ou terceirizada, sem custo para UEL, até a sua liberação para transporte até o local de destino informado pela Universidade Estadual de Londrina-UEL;

11.1.21.42.23.1. A armazenagem e o transporte de materiais da área da saúde deverão ser realizados por empresa que possua autorização da ANVISA, para o armazenamento e o transporte desses materiais;

11.1.21.42.24. Informar imediatamente a CONTRATANTE a chegada dos produtos nos armazéns da INFRAERO, bem como qualquer eventualidade;

11.1.21.42.25. Gerenciamento, acompanhamento e controle dos processos de importação e exportação da UEL, nos diversos regimes aduaneiros existentes;

11.1.21.42.26. Confecção das planilhas estimativas de custos das despesas de importação e exportação, com base nas informações das *Proformas Invoices*, de todas as despesas fiscais, portuárias, alfandegárias, fretes e seguros internacionais e outros pertinentes e necessários ao desembaraço de mercadorias de interesse da UEL;

11.1.21.42.26.1. Indicar o valor da taxa da moeda estrangeira utilizada no momento do orçamento para a estimativa do frete internacional;

11.1.21.42.27. Tradução dos itens da *Proforma Invoice* dos materiais a serem importados;

11.1.21.42.28. Análise e classificação aduaneira e tarifária dos itens a serem importados e ou exportados, em estrita concordância com a legislação aduaneira vigente e respeitando a Tarifa Externa Comum – TEC e suas atualizações;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 41 de 56)

11.1.21.42.29. Análise e preparação de toda a documentação legal exigida nos processos de importação e exportação;

11.1.21.42.30. Providências para a obtenção das Licenças de Importação – LI's e dos Registros de Exportação – RE's, junto ao Ministério da Fazenda, incluindo o preenchimento, registro, acompanhamento do deferimento, nos órgãos anuentes tais como: CNPq, DECEX, ANVISA etc. e a emissão de LI's e RE's substitutivos, quando exigidos;

11.1.21.42.31. Acompanhamento do desembaraço aduaneiro do transporte rodoviário interno e do transporte internacional aéreo e/ou marítimo, de todos os processos de Importação e exportação, desde sua origem até a entrega no destino, mantendo guardado nos respectivos processos de importação e/ou exportação toda a documentação que comprove a finalização dos respectivos processos;

11.1.21.42.32. Rigoroso acompanhamento e controle dos processos, junto ao Despachante Aduaneiro, de Admissão e Exportação Temporária, constituindo de: Controle de seus vencimentos, preparação da documentação necessária para solicitações de prorrogação de prazo, Reexportação, Nacionalização e baixa de Termos de Responsabilidade;

11.1.21.42.33. Acompanhamento das publicações das Legislações sobre Comércio Exterior, incluindo SISCOMEX, jurisprudências relativas às classificações de bens, alíquotas, taxas de câmbio etc.;

11.1.21.42.34. Acompanhamento das publicações do Banco Central, incluindo suas rotinas e alterações;

11.1.21.42.35. Acompanhamento de boletins mensais de publicações sobre Comércio Exterior;

11.1.21.42.36. Acompanhamento em vistorias das mercadorias e providências relativas às respectivas faturas, em articulação com a CONTRATANTE, com as seguradoras e seus vistoriadores;

11.1.21.42.37. Promover consultas junto aos órgãos competentes sobre a classificação fiscal de mercadorias (NCM) de acordo com o Sistema Harmonizado;

11.1.21.43. DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO - Serviço de transporte rodoviário de mercadorias importadas ou a exportar.

11.1.21.43.1. Principais Trajetos – Aeroporto Internacional Afonso Pena, São José dos Pinhais/PR e Porto de Paranaguá até da UEL Campus Universitário e *excepcionalmente podem ocorrer entregas no Hospital Universitário da UEL*;

11.1.21.43.2. Transportar as mercadorias importadas ou a exportar pela UEL, atendendo aos percursos discriminados no item acima, ou outros previamente indicados pela UEL após apresentar três cotações e esta for aprovada pela UEL;

11.1.21.43.3. Utilizar-se de veículos adequados para a execução dos serviços, de forma a dar total segurança às mercadorias, mantendo-as protegidas de chuva e outras intempéries;

11.1.21.43.4. Providenciar o encaminhamento do material importado à CONTRATANTE, via transporte rodoviário, com seguro, em veículo apropriado para cada tipo de material;

11.1.21.43.5. Providenciar para que as mercadorias liberadas nos aeroportos, portos e EADI's sejam entregues nos locais estabelecidos pela UEL em até 72 (setenta e duas) horas, após a sua liberação, acompanhadas da Declaração de Importação, cópia da invoice e Packinglist;

11.1.21.43.5.1. No caso de material médico-hospitalar, o transporte deverá ser realizado em veículos autorizados pela ANVISA;

11.1.21.43.6. Apresentar suporte/estrutura disponíveis nos aeroportos Internacionais acima, bem como na zona secundária para realização do objeto contratado;

11.1.21.43.7. Providenciar, a remoção de bens da zona primária para a zona secundária dentro do prazo estipulado pela Receita Federal – (DTA e DTA-E's);

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 42 de 56)

11.1.21.43.8. Efetuar a conferência das mercadorias nacionalizadas e a serem retiradas do recinto alfandegário, certificando-se de que correspondem ao constante na Fatura e Conhecimento de Transporte respectivo e comunicar imediatamente a UEL se há indícios de avarias, sendo a CONTRATADA responsável, em caso de sinistro;

11.1.21.44. DO SEGURO - A CONTRATADA deverá providenciar seguro para todas as cargas internacionais, do ponto de origem (exterior) até o destino, exceto em casos CIF se a UEL dispensar esta contratação.

11.1.21.45. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

11.1.21.45.1. Executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço em conformidade com as especificações básicas constantes do Edital;

11.1.21.45.2. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

11.1.21.45.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio da UEL ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

11.1.21.45.4. Manter, durante o período de vigência do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Pregão, em especial no que tange à regularidade fiscal, trabalhista e capacidade técnico-operacional;

11.1.21.45.5. Justificar a UEL eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução;

11.1.21.45.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente;

11.1.21.45.7. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato;

11.1.21.45.8. Dispor de capacidade técnica para a realização de todos os serviços credenciados pela pessoa jurídica;

11.1.21.45.9. Após o desembaraço efetivamente realizado, a CONTRATADA deverá apresentar, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de Importação/Exportação, **em até 10 (dez dias)** comprovando-se todas as despesas com documentos originais (Faturas, CI, Declaração de Importação, Notas Fiscais, Recibos, Invoice Assinada, HAWB, etc.) constando o detalhamento das despesas, inclusive indicando a taxa da moeda estrangeira utilizada para efetuar o pagamento do frete ao exterior e a imediata restituição de numerários, previamente creditados por estimativa, que ultrapassem as despesas efetivamente realizadas.

11.2. São obrigações do Contratante:

11.2.1. receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

11.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

11.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

11.2.4. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas,

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 43 de 56)

fixando prazo para a sua correção;

11.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

11.2.6. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

11.2.7. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

11.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

11.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

11.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11.2.11. exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor responsável pelo Setor de Importação da CONTRATANTE;

11.2.12. efetuar o pagamento dos honorários e demais despesas relativas ao processo de importação e exportação após a efetivação e finalização dele;

11.2.13. aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;

11.2.14. comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na execução do serviço contratado;

11.2.15. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:


12.2. Trata-se de serviços de importação de produtos cujas especificações de execução encontram-se delimitadas no contrato administrativo a ser firmado. Os serviços de despachante aduaneiro são específicos às regras exigidas para o desembaraço de importações e o agenciamento de cargas cumpre determinações próprias do mercado internacional. Os pagamentos ao despachante aduaneiro (taxas, seguros, armazenamento, fretes internacionais e nacionais) são efetuados na forma de ressarcimento, sendo dispensável a apresentação de garantia.

13 DAS PENALIDADES:

13.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 44 de 56)

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;

13.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

13.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

13.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e na Lei Estadual n.º 20.656/2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14 DOS CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e neste contrato.

14.2 Constituem motivo para extinção do contrato:

14.2.1 O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

14.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

14.2.3 A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

14.2.4 O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

14.2.5 A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

14.2.6 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

14.2.7 O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 45 de 56)

14.2.8 O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

14.2.9 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

14.2.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

14.2.11 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

14.2.12 Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.2.13 A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

14.2.14 Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

14.2.15 A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

14.2.16 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.2.17 O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

14.2.18 A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

14.2.19 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

14.2.20 O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

14.2.21 A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

14.2.22 O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

14.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 46 de 56)

14.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES E REVISÃO CONTRATUAL:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos arts. 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

15.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

15.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.4 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à DAT/DA/PROAF, Campus Universitário, com a devida comprovação (Nota Fiscal anterior e posterior ao fato), para que a situação possa ser analisada pela CONTRATANTE e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

15.5 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega da solicitação na Divisão de Material, mediante protocolo de recebimento.

15.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o **prazo de 30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16 DA SUBCONTRATAÇÃO:

16.1 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste certame, **exceto em relação aos serviços de armazenamento e transporte de produtos.**

17 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 47 de 56)

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18 DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 48 de 56)

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Londrina – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Londrina, xx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0

Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 482/2026

(página 49 de 56)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 22/2026-PROAF/DM**, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 188, de 2021.

() **COOPERATIVA**, nos termos do Art. 34, da Lei Federal n.º 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar n.º 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Representante Legal

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0

Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 482/2026

(página 50 de 56)

ANEXO X

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 22/2026-PROAF/DM** e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026

Representante Legal

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0

Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 482/2026

(página 51 de 56)

ANEXO XI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 O Instrumento de Medição de Resultados, conforme definição constante do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, é o “mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento” (art. 2º, LIII).

1.2 A Fiscalização do contrato é responsável pela avaliação da execução do objeto contratado e poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para aferir a qualidade dos serviços prestados pela contratada, com o consequente redimensionamento no pagamento, com base nos indicadores estabelecidos neste documento, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, quando a contratada não produzir os resultados esperados na prestação do serviço.

1.3 A utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) não impede a emprego concomitante de outros mecanismos para a avaliação dos serviços prestados, tampouco a aplicação das sanções previstas no Edital e/ou no instrumento contratual.

1.4 As situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

1.5 Este documento apresenta critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

2 FORMA DE AVALIAÇÃO

2.1 O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) definirá as situações que caracterizam o não atingimento do objetivo contratual, bem como a atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante o período de execução contratual, o servidor responsável pela fiscalização deverá monitorar a qualidade e prestação dos serviços, devendo intervir junto à contratada no caso de ocorrência de faltas, falhas ou irregularidades.

2.2 Caso sejam constatadas faltas, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratado, o fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, mediante utilização do presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

2.3 O preposto da contratada deverá assinar o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), tomando ciência da avaliação realizada.

2.4 A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal contratual, desde que demonstrada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da contratada.

2.5 A avaliação da prestação do serviço será realizada periodicamente pelo fiscal, conforme prazos de execução previamente estabelecidos no Termo de Referência ou documento afim.

3 SANÇÕES

3.1 A aplicação deste instrumento de gestão contratual não configura sanção, no entanto a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas no presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

3.2 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 52 de 56)

qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

3.3 O fiscal técnico deverá realizar a avaliação do serviço prestado no período contratado.

3.3 O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade assumida junto à Contratante. O IMR é um instrumento objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

3.4 O IMR será implementado a partir da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal do Contrato avaliar a execução dos serviços prestados no momento da realização do evento.

3.5 Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

3.6 O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

3.7 A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê este Instrumento de Medição de Resultados, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

3.8 A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas fica limitada ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4 DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

4.1 A avaliação corresponde à atribuição de pontos para a contratação de empresa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SERVIÇO CONTINUADO EM DESPACHO ADUANEIRO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, COMO FRETE INTERNACIONAL E NACIONAL, ATUAÇÃO DE AGENTE DE CARGA, PAGAMENTO DE TAXAS, SEGUROS, IMPOSTOS, ARMAZENAGEM E DEMAIS ENCARGOS LEGAIS**, para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário;

4.2 Para tanto, serão **12 (DOZE) indicadores** que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância para o **atendimento do serviço**.

INDICADORES		
Ocorrências/ Pontuações	1. Prestação do serviço no prazo estipulado contratualmente;	1,0 ponto, por ocorrência
	2. Atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato;	1,0 ponto, por ocorrência
	3. Correta execução dos procedimentos relacionados ao despacho aduaneiro de importação e exportação,	1,0 ponto, por ocorrência

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0	Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 482/2026	(página 53 de 56)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

	incluindo o adequado registro de declarações e acompanhamento dos trâmites junto aos órgãos competentes;	
	4. Adequada instrução documental dos processos de comércio exterior, incluindo conferência, organização e encaminhamento tempestivo dos documentos exigidos pelos órgãos intervenientes;	1,0 ponto, por ocorrência
	5. Acompanhamento e monitoramento dos processos logísticos e aduaneiros sob responsabilidade da contratada, incluindo embarque, trânsito internacional, chegada da carga, desembaraço aduaneiro e entrega no destino final;	0,5 ponto, por ocorrência
	6. Comunicação tempestiva à contratante acerca de exigências, pendências ou ocorrências identificadas no curso dos processos de importação ou exportação;	0,5 ponto, por ocorrência
	7. Prestação dos serviços correlatos ao despacho aduaneiro, tais como contratação de frete internacional ou nacional, contratação de seguro, pagamento de taxas, impostos, armazenagem e demais encargos legais, quando aplicável;	0,5 ponto por ocorrência
	8. Realização correta e tempestiva do cadastro de produtos nos sistemas de comércio exterior, incluindo o Catálogo de Produtos e demais registros exigidos nos sistemas oficiais, bem como o preenchimento adequado das informações técnicas necessárias à instrução dos processos de importação, conforme exigências da legislação vigente e dos órgãos intervenientes;	0,5 ponto, por ocorrência
	9. Prestação de informações atualizadas à contratante sobre o andamento dos processos, custos envolvidos e eventuais intercorrências que possam impactar prazos ou valores;.	0,5 ponto, por ocorrência
	10. Correta classificação fiscal das mercadorias (NCM) e adequado enquadramento administrativo das operações de comércio exterior, conforme a legislação vigente, devendo a contratada adotar as medidas necessárias para evitar inconsistências que possam gerar exigências administrativas, atrasos no desembaraço aduaneiro ou aplicação de penalidades pelos órgãos competentes;	0,5 ponto, por ocorrência
	11. Observância das normas aduaneiras, fiscais e de comércio exterior vigentes, bem como das orientações e determinações da fiscalização do contrato;	0,5 ponto, por ocorrência

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 54 de 56)

	<p>12. Comunicação tempestiva à contratante acerca de exigências, notificações, pendências ou quaisquer manifestações apresentadas pela Receita Federal do Brasil ou por outros órgãos intervenientes no comércio exterior (tais como ANVISA, MAPA, INMETRO ou congêneres), devendo a contratada informar imediatamente a ocorrência e orientar quanto às providências necessárias para o regular prosseguimento do processo.</p>	1,0 ponto, por ocorrência
--	--	---------------------------

OBSERVAÇÕES

Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos ocorrerá até a emissão de Aviso de Recebimento (A.R), sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do período de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para a medição seguinte.

DESCONTOS

Pontos	Desconto
2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o período de ocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do período de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3.	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente IMR-Instrumento de Medição de Resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 55 de 56)

5 FORMA DE ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar a **PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO EM DESPACHO ADUANEIRO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, COMO FRETE INTERNACIONAL E NACIONAL, ATUAÇÃO DE AGENTE DE CARGA, PAGAMENTO DE TAXAS, SEGUROS, IMPOSTOS, ARMAZENAGEM E DEMAIS ENCARGOS LEGAIS**; para registro das ocorrências dentro do período de aferição a seguir:

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONTINUADO EM DESPACHO ADUANEIRO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, COMO FRETE INTERNACIONAL E NACIONAL, ATUAÇÃO DE AGENTE DE CARGA, PAGAMENTO DE TAXAS, SEGUROS, IMPOSTOS, ARMAZENAGEM E DEMAIS ENCARGOS LEGAIS.		
EVENTO:	DATA:	
COORDENADOR(A) DO EVENTO:	LOCAL:	
FISCAL DE CONTRATO:	Assinatura do(a) Fiscal:	
n.º do CONTRATO:		
CONTRATADA:		
INDICADORES	OCORRÊNCIAS	PONTUAÇÃO
1. Prestação do serviço no prazo estipulado contratualmente;		
2. Atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato;		
3. Correta execução dos procedimentos relacionados ao despacho aduaneiro de importação e exportação, incluindo o adequado registro de declarações e acompanhamento dos trâmites junto aos órgãos competentes;		
4. Adequada instrução documental dos processos de comércio exterior, incluindo conferência, organização e encaminhamento tempestivo dos documentos exigidos pelos órgãos intervenientes;		
5. Acompanhamento e monitoramento dos processos logísticos e aduaneiros sob responsabilidade da contratada, incluindo embarque, trânsito internacional, chegada da carga, desembaraço aduaneiro e entrega no destino final;		
6. Comunicação tempestiva à contratante acerca de exigências, pendências ou ocorrências identificadas no curso dos processos de importação ou exportação;		
7. Prestação dos serviços correlatos ao despacho aduaneiro, tais como contratação de frete internacional ou nacional, contratação de seguro, pagamento de taxas, impostos, armazenagem e demais encargos legais, quando aplicável;		
8. realização correta e tempestiva do cadastro de produtos nos sistemas de comércio exterior, incluindo o Catálogo de Produtos e demais registros exigidos nos sistemas oficiais, bem como o		

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 25.714.061-0 Pregão Eletrônico n.º 22/2026-PROAF/DM - EDITAL Processo GMS n.º 482/2026 (página 56 de 56)

preenchimento adequado das informações técnicas necessárias à instrução dos processos de importação, conforme exigências da legislação vigente e dos órgãos intervenientes;		
9. prestação de informações atualizadas à contratante sobre o andamento dos processos, custos envolvidos e eventuais intercorrências que possam impactar prazos ou valores;		
10. Correta classificação fiscal das mercadorias (NCM) e adequado enquadramento administrativo das operações de comércio exterior, conforme a legislação vigente, devendo a contratada adotar as medidas necessárias para evitar inconsistências que possam gerar exigências administrativas, atrasos no desembaraço aduaneiro ou aplicação de penalidades pelos órgãos competentes;		
11. observância das normas aduaneiras, fiscais e de comércio exterior vigentes, bem como das orientações e determinações da fiscalização do contrato;		
12. Comunicação tempestiva à contratante acerca de exigências, notificações, pendências ou quaisquer manifestações apresentadas pela Receita Federal do Brasil ou por outros órgãos intervenientes no comércio exterior (tais como ANVISA, MAPA, INMETRO ou congêneres), devendo a contratada informar imediatamente a ocorrência e orientar quanto às providências necessárias para o regular prosseguimento do processo.		
	Total de Ocorrências:	Total de Pontos:

Documento: **EDITAL_PE_22_2026.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jair Marcos da Silva (XXX.626.119-XX)** em 05/05/2026 15:54 Local: UEL/PROAF/DM/DSA.

Assinatura Simples realizada por: **Azenil Staviski (XXX.828.019-XX)** em 05/05/2026 16:06 Local: UEL/PROAF.

Inserido ao protocolo **25.714.061-0** por: **Jair Marcos da Silva** em: 05/05/2026 15:54.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: